



Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19 | Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e debenturistas,

A Administração da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia" ou "Rio Paraná"), subsidiária da China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("CTG Brasil"), submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira.

Este relatório cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

As Demonstrações Financeiras foram submetidas à auditoria independente, prestada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), atendendo à Instrução CVM nº 162/22. Também em atendimento à Instrução CVM nº 156/22, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras, assim como pessoas a ela ligadas, não prestaram quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa.

O desempenho econômico, social e ambiental da Rio Paraná é divulgado de forma consolidada no Relatório de Sustentabilidade da CTG Brasil, documento elaborado de acordo com as Normas GRI e que abrange indicadores socioambientais estabelecidos pela Aneel.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Rio Paraná Energia tem muitas conquistas para celebrar em 2022. Além de ótimos resultados operacionais e econômicos, avançamos no processo de modernização de nossas usinas, e fortalecemos nossa cultura de segurança. Como resultado, pelo segundo ano consecutivo, não registramos nenhum acidente ocupacional com afastamento, meta que perseguimos continuamente.

Em um ano de recuperação do cenário de hidrologia no país e volatilidade dos indicadores macroeconômicos, a Rio Paraná apresentou lucro líquido de R\$ 1,9 bilhão representando um crescimento de 12,0% na comparação anual. A produção de energia das nossas usinas chegou a 15.640,80 GWh, o que representa um aumento de 4,7% em relação aos volumes gerados no ano de 2021.

A crise hídrica, que perdurou até o início de 2022, teve grande impacto sobre as usinas da Companhia, especialmente em Jupuí, onde a redução drástica das vazões poderia causar danos ambientais graves, como a mortandade de peixes. Em diálogo permanente com a Aneel, ANA e Ibama, foi executado um plano operacional bem-sucedido, que viabilizou o atendimento às demandas do setor, a preservação das condições ambientais sem a ocorrência de nenhum registro de incidente grave e a manutenção da disponibilidade das usinas.

Demos continuidade ao projeto de modernização das UHEs Jupuí e Ilha Solteira, tendo concluído no último ano a renovação integral de mais duas unidades geradoras, que entraram em fase de testes no início de 2023. Iniciado em 2017, este é o maior projeto de modernização de usinas do País, que conta com um investimento total de R\$ 3 bilhões até sua conclusão em 2038.

No âmbito regulatório, a Rio Paraná obteve homologação do ressarcimento dos efeitos do GSF (*Generation Scaling Factor*), fruto da compensação prevista na Lei 14.052 de 2020, bem como foram assinados os aditivos contratuais, nos quais foram atualizados os novos prazos de término das concessões.

Também merecem destaque no período o lançamento da Plataforma Corporativa ESG (sigla em inglês para *Environmental, Social and Governance*), um conjunto de compromissos e metas de curto, médio e longo prazos que definem ações ambientais, sociais e de governança a serem tomadas pela empresa até o ano de 2030. Pelo terceiro ano consecutivo, as operações da Rio Paraná Energia S.A. neutralizaram 100% de suas emissões diretas de gases de efeito estufa. Além disso, alinhada com as melhores práticas de Governança, fomos reconhecidos com o Troféu Transparência da Associação Nacional dos Executivos (ANEFAC) no nosso primeiro ano como Companhia aberta classe B pela transparência e qualidade das Demonstrações Financeiras apresentadas ao mercado.

Desse modo, encerramos mais um ano conscientes de nossa responsabilidade com toda a sociedade e reafirmando o compromisso com a geração de energia de fontes 100% limpas e renováveis. Sempre buscando a eficiência operacional e a sustentabilidade do negócio, contribuindo para o desenvolvimento do nosso país.

Evandro Leite Vasconcelos

Diretor-Presidente da Rio Paraná Energia S.A.

PERFIL DA COMPANHIA

Subsidiária direta da CTG Brasil, a Rio Paraná Energia opera as usinas hidrelétricas Ilha Solteira e a Jupuí, ambas localizadas no Rio Paraná, entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Juntos, esses ativos somam uma capacidade de 4.995,2 MW.

Com 20 unidades geradoras, a UHE Ilha Solteira é a sexta maior usina hidrelétrica do Brasil, e a maior nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, desempenhando importante função no controle de tensão e na frequência do Sistema Interligado Nacional (SIN). Localizada entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS), possui reservatório de acumulação com 1.195 km² de área e 5,6 km de extensão de barragem.

A UHE Jupuí (Engenheiro Souza Dias) possui 14 geradoras e situa-se entre as cidades de Castilho (SP) e Três Lagoas (MS). Esta unidade dispõe de uma eclusa, possibilitando a navegação e a integração hidroviária entre os rios Paraná e Tietê.

Em conformidade com o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as atividades de suporte da Rio Paraná são realizadas pela CTG Brasil. Um projeto de modernização das duas usinas está em andamento desde 2017 e a previsão é que seja concluído até 2038. O valor do investimento é de R\$ 3 bilhões e o plano é modernizar as 34 unidades geradoras de energia, estendendo a vida útil das mesmas e tomando-as referência para o setor elétrico brasileiro.

Em 2022, foi dada continuidade à segunda etapa desse projeto, com a conclusão da renovação integral de mais duas unidades geradoras (geradores, turbinas e seus auxiliares) que entraram em fase de testes no início de 2023, avançando no objetivo de aumentar a confiabilidade desses ativos sob nossa gestão. Com isso, oito das 34 unidades incluídas no projeto já foram entregues com sucesso, tornando a CTG Brasil referência na modernização de usinas no país.

Em linha com os investimentos em modernização dos ativos, em 2022, concluímos a modernização e a centralização do nosso Centro de Operações da Geração (COG), o que muda nosso patamar tecnológico para a operação das nossas usinas.



Parque gerador da Rio Paraná				
Nome	Entrada em operação	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW/med)	Vencimento da concessão
UHE Ilha Solteira	1973	3.444,0	1.731,5	2047
UHE Jupuí	1969	1.551,2	889,2	2047

DIRETRIZES DE ATUAÇÃO

O Código de Ética e Conduta nos negócios tem seu integral cumprimento respaldado pelo Programa Corporativo de *Compliance* aplicado à Rio Paraná. Este conta com um conjunto de iniciativas de capacitação e comunicação, investigação de denúncias e *due diligence* em fornecedores, parceiros de negócios e operações de fusões e aquisições. Configurado desta forma, o programa torna-se um aliado nas tomadas de decisão, agregando valor ao negócio e preservando a agilidade na condução das atividades das diversas áreas.

A cultura da Rio Paraná reflete o propósito corporativo da *holding* CTG Brasil: "Desenvolver o mundo com energia limpa em larga escala", ponto de partida para os instrumentos normativos da Companhia desde 2019, quando foi definido juntamente com valores: Priorizamos a vida; Pessoas são a nossa energia; Integridade, sempre; Excelência em tudo; e Inovamos para transformar.

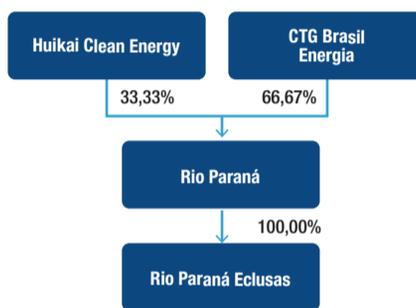
GOVERNANÇA CORPORATIVA

Constituída conforme a Lei de Sociedades Anônimas, a Rio Paraná é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A., que detém 66,67% de seu capital, e conta também com a Huikai Clean Energy como acionista, com 33,33% do capital.

A Companhia está listada perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a categoria "B", equiparando-se em termos de governança às melhores práticas de mercado, permitindo o acesso a uma gama maior de investidores em operações financeiras e fortalecendo sua imagem institucional perante seus credores.

O Conselho de Administração da Rio Paraná é indicado pelos acionistas durante a Assembleia Geral Ordinária, sendo formado por seis membros, dois deles indicados pelo sócio minoritário. Uma das funções do Conselho é indicar os membros da Diretoria Executiva.

Estrutura societária



Composição do Conselho de Administração da Rio Paraná	
Nome	Cargo
Zhang Liyi	Presidente
Xingyang Cao	Membro
José Renato Domingues	Membro
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva	Membro
Zhigang Chen	Membro

Composição da Diretoria Estatutária da Rio Paraná	
Nome	Cargo
Evandro Leite Vasconcelos	Diretor-Presidente
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva	Diretor
Anderson Vitor Pereira Tonelli	Diretor
Cesar Teodoro	Diretor
Márcio José Peres	Diretor
Yan Yang	Diretor

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES

O monitoramento dos riscos que possam interferir no desenvolvimento dos negócios e na geração de valor pela Rio Paraná Energia é executado de forma transversal na Companhia.

Essa gestão conta com o apoio da área Gestão de Riscos Corporativos e tem como base metodologias e diretrizes de gestão reconhecidas internacionalmente, como a ISO 31.000 e a COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

Definida em 2018 e com revisões em 2020 e em 2022, a matriz de riscos da Companhia abrange 25 riscos identificados em seis categorias, sendo priorizados de acordo com uma régua de impacto e probabilidade de ocorrência. Esses riscos são divididos em seis grandes blocos: Riscos Estratégicos; Riscos Regulatórios; Riscos de Imagem e Reputação; Riscos Financeiros e de Mercado; Riscos Operacionais; e Riscos Legais e de Conformidade.

Em 2022, foi concluída a implementação do Projeto One, consolidando os sistemas de gestão das controladas da CTG Brasil em uma única solução integrada (*Enterprise Resource Planning - ERP*). Essa tecnologia de ponta em linha com as melhores práticas do mercado integra e padroniza os sistemas e o uso de informações disponibilizadas entre todas as controladas, contribuindo também para o aprimoramento da gestão de riscos e controles corporativos.

INOVAÇÃO

A área de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) trabalha em soluções inovadoras que alavanquem o valor do negócio da Rio Paraná e, ao mesmo tempo, impactem positivamente a sociedade.

Em 2022 - depois de ter seus processos de seleção e priorização de projetos para investimentos revisados no ano anterior - a Rio Paraná se concentrou na estruturação de chamadas públicas, no alinhamento dos temas de pesquisa com a estratégia da Companhia e na interação contínua com seu ecossistema de inovação.

Focada em eficiência, a modernização das UHE Ilha Solteira conta com um projeto de P&D e inovação que aprimorou as pás das turbinas que apresentavam um problema crônico desde a sua construção e comum em hidrelétricas antigas: o aparecimento de trincas no pé distribuidor, que são as pás fixas por onde a água passa água. Em parceria com a empresa Voith e com o apoio da Universidade de São Paulo (USP) foram utilizados computadores ultramodernos para rediscutir o fluxo hidráulico e, a partir daí, a Companhia desenhou um novo perfil de pá que acabou com o problema das trincas e ainda melhorou o rendimento das máquinas.

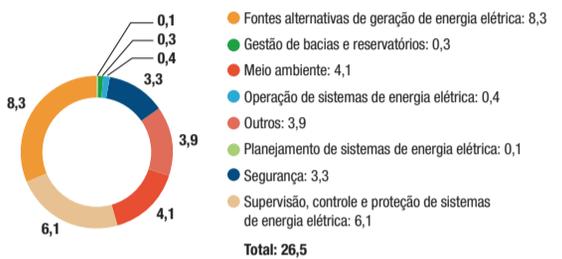
A análise e o aperfeiçoamento de Geradores Fotovoltaicos Bifaciais é outro projeto de P&D que merece destaque. A Planta Solar de Teste ("test bed") de Módulos Bifaciais iniciou operação em 2022. O resultado das pesquisas permitirá a realização de um plano de aperfeiçoamento da gestão da operação de futuras usinas solares por todo o país. Este projeto é realizado em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a UNESP Ilha Solteira e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), por meio do Instituto Senai de Inovação em Energias Renováveis (SI-ER).

A Rio Paraná também segue na rota da inovação da CTG Brasil. Por meio do Conexão Sustentável de Mobilidade Elétrica, projeto piloto que prevê a instalação de 18 eletropostos desde a sede da CTG Brasil, em São Paulo, até as usinas Ilha Solteira e Jupuí, os veículos elétricos já têm realizado o transporte de pessoas e cargas no entorno das usinas. Quando concluído, o projeto de P&D orçado em R\$ 7,4 milhões terá construído um corredor e de eletromobilidade com 1,3 mil quilômetros de extensão.

Já na área de cibersegurança, outro projeto iniciado em 2022, visa desenvolver um *framework* para adequação da infraestrutura tecnológica e de rotinas operacionais mais seguras para o setor elétrico. Com investimento previsto de R\$ 3,2 milhões, o piloto do projeto para validação da tecnologia acontece nas usinas Ilha Solteira e Jupuí, e também na UHE Chavantes, operada pela Rio Parapanema Energia S.A.

No ano, os recursos aplicados no Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI da ANEEL) da Rio Paraná somaram R\$ 26,5 milhões, montante 93,4% aos R\$ 13,7 milhões aplicados em 2021. Esse aumento significativo se deve ao direcionamento estratégico da empresa para renováveis e transição energética. Além disso, foi finalizado no ano o projeto de desenvolvimento de um Sistema Inteligente de Redução de Cavitação por Injeção de Ar em turbinas Francis, com aplicação real em uma unidade geradora da Usina de Jupuí.

Recursos de P&D por linha de pesquisa (R\$ milhões)



CONTEXTO REGULATÓRIO

Após longo período de discussões, inclusive judiciais, foi editada a Lei nº 14.052/2020 que apresentou as diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão de UHEs participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) pela parte não correspondente ao risco hidrológico. Ainda de acordo com a Lei nº 14.052 e Resolução Normativa Aneel 895/2020, em agosto de 2021, foram homologados os valores ressarcindo as UHEs sob administração da Rio Paraná Energia, em função do acordo referente a riscos "não hidrológicos" no mercado livre.

Em 07 de junho de 2022, como última etapa do Acordo GSF, a Diretoria Colegiada da Aneel aprovou a emissão da Resolução Autorizativa (REA) nº 11.998/2022, alterando o término de vigência das outorgas das UHEs Jupuí e Ilha Solteira da Rio Paraná Energia, em função da repactuação do risco hidrológico. A mesma REA também aprovou a minuta do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo primeiro termo foi assinado em outubro de 2022. Os contratos de concessão de Jupuí e Ilha Solteira foram estendidos por aproximadamente dez meses.

	Data Fim de Concessão	Nova Data Fim de Concessão	Extensão do Prazo de Concessão Meses
Ilha Solteira	04/07/2046	19/04/2047	9,6
Jupuí	04/07/2046	18/04/2047	9,6

ATUALIZAÇÃO DA RECEITA ANUAL DE GERAÇÃO - (RAG) CICLO 2022/2023

Devido aos excelentes índices de disponibilidade das UHEs Ilha Solteira e Jupuí resultantes da gestão e do projeto de modernização das usinas controladas pela Rio Paraná Energia, houve um acréscimo de R\$ 25,2 milhões na Receita Anual de Geração (RAG) correspondente à parcela de ajuste pela Indisponibilidade Apurada ou Desempenho Apurado (AJ), que afere o padrão de qualidade da UHE.

A resolução homologatória nº 3.068/2022 para a RAG referente ao período de julho/2022 até junho/2023 foi publicada em 18 de julho de 2022.

CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL

Mesmo com retomada das atividades pós-pandemia e a diminuição empírica dos períodos de isolamento e distanciamento social, o ano de 2022 ainda apresentou um cenário macroeconômico com bastante volatilidade. A guerra da Ucrânia trouxe intercorrências ao mercado global e o ano eleitoral no Brasil corroborou para um cenário de incertezas e instabilidade.

Em 2022 houve valorização da moeda brasileira de 6,5% (de R\$ 5,5805 para R\$ 5,2177) enquanto em 2021 houve desvalorização em 7,4% (de R\$ 5,1967 para R\$ 5,5805). Com a queda dos combustíveis, a inflação perdeu força. Em outubro, o Brasil teve deflação pelo terceiro mês seguido.

O Produto Interno Bruto (PIB) variou 0,4% no terceiro trimestre de 2022, frente ao segundo trimestre de 2022. O acumulado do ano foi de 3,2% frente ao mesmo período de 2021. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, teve alta de 0,41% em novembro, fazendo com que inflação acumulada nos últimos 12 meses chegasse a 5,90%, a menor taxa em 21 meses.

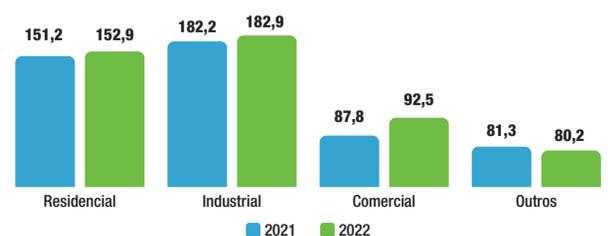
A inflação alta impactou diretamente a taxa de juros praticada no ano, quando a Selic (taxa básica de juros) aumentou 4,5 pontos percentuais, partindo de 9,25% ao ano em janeiro para encerrar 2022 em 13,75% ao ano.

Diante desse cenário, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) projeta que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e consolide em 3% em 2022. Em dezembro, o instituto reviu sua projeção para o indicador em 2023, calculando um crescimento na economia brasileira na ordem de 1,4%.

Indicadores macroeconômicos			
Indicadores	2020	2021	2022
IGP-M	23,14%	17,78%	5,45%
IPCA	4,52%	10,06%	5,79%
Taxa de câmbio (USD)	5,1960	5,5805	5,2177
Taxa Selic	2,00%	9,25%	13,75%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	4,55%	5,32%	7,20%

Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica no Brasil totalizou 508,5 GWh em 2022, um aumento de 1,2% em relação ao ano anterior. A classe que apresentou maior crescimento no ano foi a comercial, com alta de 5,4%. Em relação ao consumo regional, o maior crescimento aconteceu na região Norte, com 4,2%, enquanto o consumo da região Sudeste seguiu praticamente o mesmo do exercício anterior. Na avaliação por ambiente de comercialização, o mercado livre continuou a receber novas organizações que compram sua energia diretamente de geradores e comercializadores. De acordo com boletim da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), o mercado livre reuniu cerca de 10,8 mil consumidores, um aumento de 17% em relação a 2021.

Consumo de energia elétrica no Brasil por classe (mil GWh)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19 | Companhia Aberta

★ continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 foi próspero em relação à geração de energia elétrica no Brasil. De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o montante deste ano, que totaliza uma expansão de 8.235,1 megawatts (MW), é o segundo maior desde a sua criação, no ano de 1996, ficando atrás apenas do desempenho de 2016, com 9.528 MW alcançados.

De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis alcançou a marca de 92% em 2022, a maior dos últimos dez anos.

A maior parte da geração de energia do Brasil segue sendo a de fonte hidrelétrica, que em 2022 gerou 72,1% da energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), o equivalente a 48.584 MW médio. Destaca-se o crescimento das fontes solar e eólica, que cresceram respectivamente, 64,3 e 12,6%, em relação a 2021.

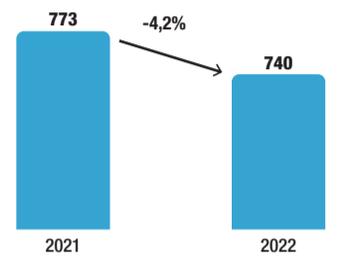
Energia gerada no SIN por fonte em 2022 (mil GWh)		
Tipo de fonte	Total gerado (MW)	Percentual
Hidráulica	48.584	72,1%
Eólica	9.048	13,4%
Solar	1.425	2,1%
Biomassa	2.913	4,3%
Fontes não renováveis	5.373	8,0%
Total	67.343	

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Nessa sessão do documento, são apresentados os principais eventos do período base desta demonstração financeira, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Principais Indicadores			
	2022	2021	Variação
Receita operacional bruta	2.384.327	2.351.993	1,4%
Receita de ativos financeiros	1.675.249	1.992.571	-15,9%
Outras receitas			
(-) Deduções à receita operacional	(352.367)	(337.631)	4,4%
Receita operacional líquida	3.707.209	4.006.933	-7,5%
(-) Custos e despesas operacionais	(740.003)	(772.717)	-4,2%
Resultado de participação societária	42	1.929	-97,8%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	2.967.248	3.236.145	-8,3%
Ebitda	3.233.333	3.503.839	-7,7%
Margem Ebitda (%)	87,2%	87,4%	-0,2 p.p.
Resultado financeiro	(384.344)	(842.785)	-54,4%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.582.904	2.393.360	7,9%
Lucro líquido do exercício	1.930.170	1.723.580	12,0%
Margem líquida (%)	52,1%	43,0%	9,1 p.p.
Ações ordinárias	7.014.326	7.014.326	-
Lucro líquido básico e diluído por ação	0,27518	0,24572	12,0%

Custos e despesas operacionais (R\$ milhões)



Ebitda e margem Ebitda			
	2022	2021	Variação
Lucro líquido do exercício	1.930.170	1.723.580	12,0%
Imposto de renda e contribuição social	652.734	669.780	-2,5%
Resultado financeiro (líquido)	384.344	842.785	-54,4%
Depreciação e amortização	266.085	267.694	-0,6%
Ebitda	3.233.333	3.503.839	-7,7%

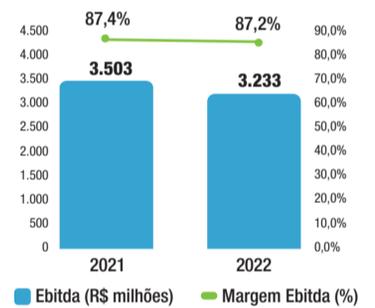
O Ebitda, é uma medição não contábil calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 156/2022. Ele é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda apresentou, na comparação entre os anos de 2022 e 2021, uma redução de R\$ 270,5 milhões, o que representa um desempenho inferior de 7,7%. Acerca dessa variação negativa, vale destacar o evento não recorrente registrado em 2021 em razão do reconhecimento da recuperação de custos com compra de energia pela extensão da concessão com a conclusão do Acordo GSF e o efeito da aplicação de um menor IPCA na remuneração das receitas com ativos financeiros na comparação entre os dois períodos.

Em bases normalizadas, isto é, excluindo-se o efeito não recorrente relativo à recuperação de custos dentro do contexto do acordo GSF mencionada anteriormente, a redução do Ebitda seria de R\$ 122,6 milhões, ou 3,7%. A margem Ebitda se manteve estável em 87,2% em comparação com os 87,4% obtidos em 2021.

Ebitda

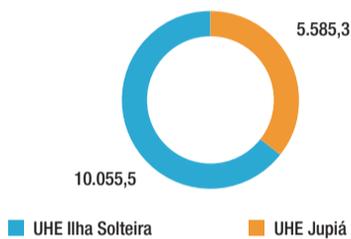


DESEMPENHO OPERACIONAL

A geração bruta de energia elétrica das usinas no portfólio da Rio Paraná totalizou 15.640,8 GWh em 2022, o que representa um aumento de 4,7% em relação ao desempenho do ano anterior. Esse resultado positivo se deve principalmente à recuperação do cenário hidrológico no período e à disponibilidade do parque gerador, que foi de 94,58% em 2022, mantendo-se acima dos índices de referência do órgão regulatório.

A área de gestão de ativos da Rio Paraná é certificada pela ISO 55001, um padrão internacional que especifica os requisitos para implementar e manter um sistema integrado capaz de otimizar os resultados alcançados, garantindo maior competitividade diante do mercado.

Produção de energia em 2022 (GWh)

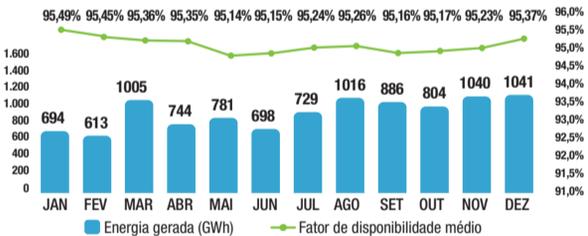


Produção de energia				
GWh	2020	2021	2022	Variação (%)
UHE Ilha Solteira	13.522,5	9.393,2	10.055,5	7,0%
UHE Jupia	7.803,0	5.537,2	5.585,3	0,9%
Total	21.325,5	14.930,4	15.640,80	4,7%

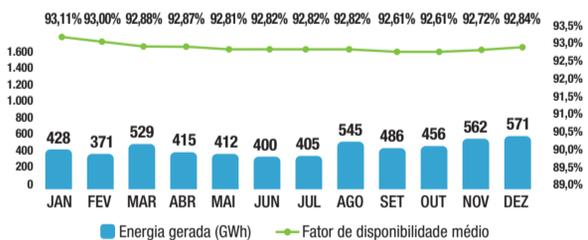
Índice de disponibilidade*				
Percentual	2020	2021	2022	Limite regulatório
UHE Ilha Solteira	94,44%	95,36%	95,37%	89,58%
UHE Jupia	94,44%	91,16%	92,84%	89,58%
Consolidado (média)	93,51%	94,05%	94,58%	89,58%

* O Índice de Disponibilidade é calculado através da TEIP e da TEIFA (taxas equivalentes de indisponibilidade programada e forçada, respectivamente, considerando 60 valores mensais apurados, relativos aos meses imediatamente anteriores ao mês vigente). Sua fórmula de cálculo é: $ID = (1-TEIP) \times (1-TEIFA)$. Os valores apresentados referem-se ao mês de dezembro em cada ano.

UHE Ilha Solteira - Produção de energia x Fator de disponibilidade



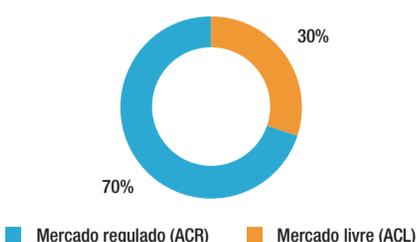
UHE Jupia - Produção de energia X Fator de disponibilidade



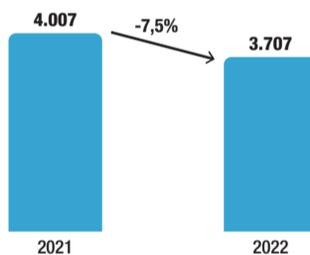
COMERCIALIZAÇÃO

A energia gerada pela Rio Paraná é comercializada por uma área dedicada, cujos processos são certificados pela ISO 9001 e novamente se mostraram eficazes, em especial para a porção do portfólio que compreende 30% da Companhia que é a porcentagem que pode ser comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Em 2022, a Rio Paraná vendeu 19948 GWh de energia, sendo 70% direcionados ao mercado regulado (ACR) e 30% ao mercado livre (ACL). Desde o lançamento da CTG Conecta em 2021, a plataforma virtual tem agilizado o relacionamento da equipe comercial com os clientes e possibilitado a gestão on-line dos contratos e histórico de consumo.

Energia vendida em 2022



Receita operacional líquida (R\$ milhões)



Custo e despesas operacionais			
	2022	2021	Variação
Pessoal	(89.061)	(88.457)	0,7%
Material	(8.524)	(11.296)	-24,5%
Serviços de terceiros	(52.181)	(60.829)	-14,2%
Energia comprada	(29.577)	(238.274)	-87,6%
Contratos futuros de energia	-	-	-
Depreciação e amortização	(266.085)	(267.694)	-0,6%
Encargos de uso da rede elétrica	(184.604)	(162.410)	13,7%
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(27.433)	(23.746)	15,5%
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(3.539)	(1.514)	133,8%
Seguros	(8.509)	(7.858)	8,3%
Aluguéis	(862)	(919)	-6,2%
Reversões/(provisões) para riscos	283	(1.288)	122,0%
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	-
Compartilhamento de despesas	(56.877)	(42.547)	33,7%
Provisão para perda na alienação de bens	-	-	-
(Constituição)/reversão parcial estimada pela não recuperabilidade de ativos	-	-	-
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	-	147.862	-100,0%
Outros	(13.034)	(13.747)	-5,2%
	(740.003)	(772.717)	4,2%

Os custos e outros resultados operacionais apresentaram redução de R\$ 32,7 milhões, equivalente a 4,2%, entre os anos de 2022 e 2021. A respeito dessa variação, vale destacar:

- Queda relevante de R\$ 208,7 milhões ou 87,6% nos custos com compra de energia, principalmente em virtude da recuperação no cenário hidrológico e consequente melhora do GSF, além da queda do PLD;
- Encargos de uso da rede elétrica elevação de R\$ 22,2 milhões, principalmente em decorrência do reajuste das tarifas dos encargos de Transmissão (TUST);
- Impacto pontual negativo de R\$ 147,9 milhões em virtude do lançamento, em 2021, dos efeitos da recuperação de custos com compra de energia em razão da extensão da concessão (acordo GSF). Por tratar-se de efeito positivo não recorrente do exercício anterior, ocorre essa variação negativa em 2022.

Resultado financeiro			
R\$ mil	2022	2021	Variação
Receitas	1.000.883	553.418	80,9%
Despesas	(1.385.227)	(1.396.203)	-0,8%
Resultado financeiro líquido	(384.344)	(842.785)	-54,4%

O resultado financeiro líquido apresentado em 2022 foi negativo em R\$ 384,3 milhões, representando uma melhora de R\$ 458,4 milhões em relação ao ano de 2021. Acerca dessa variação, vale destacar:

- Redução de R\$ 429,8 milhões no resultado negativo decorrente da variação cambial líquida incidente sobre o empréstimo em dólares da Rio Paraná com a CTG Luxemburgo. Esse impacto foi causado basicamente pelas amortizações do empréstimo ocorridas no exercício e pela valorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$) no ano de 2022. Em 2022 houve valorização de 6,5% (de R\$ 5,5805 para R\$ 5,2177) enquanto em 2021 houve desvalorização da moeda brasileira em 7,4% (de R\$ 5,1967 para R\$ 5,5805, variação de 7,4%);
- Queda de R\$ 33 milhões nas despesas de juros incidentes sobre o empréstimo em dólares mantido pela Companhia com a CTG Luxemburgo, também em razão da valorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$) e, também, das amortizações do empréstimo ocorridas no período;
- Crescimento de R\$ 80 milhões nas receitas com aplicação financeira principalmente em função da elevação no DI e um maior saldo médio de caixa na comparação entre os dois exercícios;
- Queda de R\$ 49,8 milhões na despesa de atualização monetária referente ao ajuste a valor presente do passivo relativo à provisão constituída para grandes reparos, em virtude da redução na projeção futura esperada para o IPCA e o IGPM que são os índices utilizados para a correção monetária desse passivo;
- Elevação de R\$ 123,7 milhões nas despesas financeiras relativas às dívidas mantidas pela Companhia junto aos bancos (debêntures e empréstimos), também em virtude da variação do DI e do IPCA na comparação entre os dois períodos, bem como, pelos juros da nova captação realizada em junho/22.

Endividamento			
R\$ mil	2022	2021	Variação
Debêntures	2.135.594	1.396.413	52,9%
Curto prazo	121.172	120.441	0,6%
Longo prazo	2.014.422	1.275.972	57,9%
Empréstimos	675.707	1.351.480	-50,0%
Curto prazo	675.707	676.480	-0,1%
Longo prazo	-	675.000	-100,0%
Partes relacionadas	2.427.057	3.244.771	-25,2%
Curto prazo	818.266	663.790	23,3%
Longo prazo	1.608.791	2.580.981	-37,7%
Caixa e equivalentes de caixa	(1.162.107)	(449.152)	158,7%
Dívida líquida	4.076.251	5.543.512	-26,5%

O saldo da dívida líquida sofreu redução de R\$ 1.467,3 milhões, em comparação com 31 de dezembro de 2021.

Dentre os fatores que merecem destaque estão: (1) o maior saldo de caixa na comparação entre os períodos; (2) ao efeito positivo da variação cambial e da amortização da parcela no empréstimo junto à CTG de Luxemburgo; (3) amortização da parcela do empréstimo junto ao Banco Mitsubishi e (4) captação da 3ª emissão de debêntures pela Companhia.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

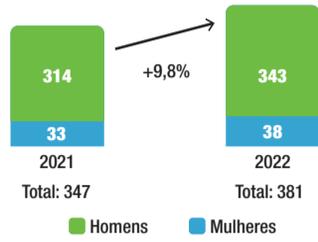


Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19 | Companhia Aberta

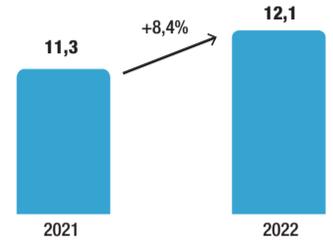
★ continuação **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

	Remuneração	Vencimento	2021	2022	Varição
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	4,29% ao ano + USD	20/05/2025	3.244.771	2.427.057	-25,2%
Tokyo - Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	1.351.480	675.707	-50,0%
Debêntures 1ª emissão série 1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	240.636	119.229	-50,5%
Debêntures 1ª emissão série 2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	289.396	312.655	8%
Debêntures 2ª emissão série 1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	195.026	204.819	5%
Debêntures 2ª emissão série 2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	671.355	709.409	5,7%
Debêntures 3ª emissão série única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	-	789.482	-
			5.992.664	5.238.358	-12,6%

Quadro Funcional



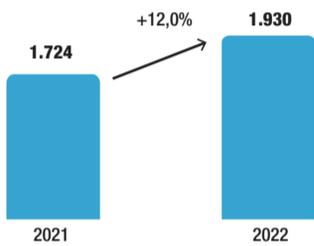
Investimento social (R\$ milhões)



LUCRO LÍQUIDO

Levando-se em consideração todos os impactos e aspectos anteriormente detalhados e explanados, a Rio Paraná obteve em 2022 um ótimo desempenho de resultados. O lucro líquido fechou o ano em R\$ 1.930,2 milhões, representando um aumento de R\$ 206,6 milhões, ou 12%, em comparação com o desempenho apresentado em 2021. Em termos de margem líquida (lucro líquido sobre receita líquida), em 2022, a Rio Paraná entregou 52,1% apresentando um crescimento relevante frente aos 43,0% obtidos em 2021.

Lucro líquido (R\$ milhões)



SUSTENTABILIDADE

A ambição da CTG Brasil é ser protagonista em ações que contribuam para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e impulsionem a transição energética, o que abrange todas as suas subsidiárias incluindo a Rio Paraná. Para tanto, a recém-lançada Plataforma ESG traz um conjunto de metas e compromissos estabelecidos pela Companhia até 2030.

A plataforma reforça o compromisso de longo prazo da empresa e está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Além de Mudanças Climáticas e Transição Energética, a plataforma abrange outros seis temas: impactos em recursos hídricos; preservação da biodiversidade; ambiente de trabalho seguro, saudável e diverso; impacto e desenvolvimento local; governança corporativa e cadeia de valor sustentável.

Sustentabilidade é parte da nossa estratégia
Signatários do Pacto Global da ONU, somos carbono neutro desde 2019.

E

Preservação e conservação do meio ambiente

- Mudanças climáticas e transição energética
- Impactos em recursos hídricos
- Preservação da biodiversidade

S

Valorizando as pessoas e comunidades

- Ambiente de trabalho seguro, saudável e diverso
- Impacto e desenvolvimento local

G

Governança para a Sustentabilidade

- Governança corporativa
- Cadeia de Valor sustentável

Pelo segundo ano, a Rio Paraná atestou em conformidade com as quatro normas internacionais ISO - sigla para *International Organization for Standardization* ou, em português, Organização Internacional para Padronização: ISO 9001 (Gestão de Qualidade), ISO 14001 (Gestão Ambiental), ISO 45001 (Gestão de Saúde & Segurança) e ISO 55001 (Gestão de Ativos). A Companhia teve suas operações auditadas pela Fundação Vanzolini.

Principais indicadores de sustentabilidade				
	2020	2021	2022	Varição
Ambiental				
Investimentos ambientais (R\$ mil)	10.169	8.245	7.909	-4%
Emissões diretas de GEE (escopos 1 e 2) (tCO2e)	515,8	847,4	739,0	-12,8%
Área reforestada (hectares)	95	100	100	0%
Social				
Número de profissionais no quadro funcional	340	347	381	9,8%
Taxa de frequência de acidentes registráveis entre profissionais da Companhia	-	1,15	1	-15%
Taxa de frequência de acidentes registráveis entre contratados	4,35	3,77	3,4	-11%
Investimento social (R\$ mil)	9.161	11.313	12.129	7%
Governança				
Número de membros do Conselho de Administração	5	6	6	

*Relatos recebidos pela CTG Brasil.

PESSOAS

A Rio Paraná encerrou 2022 com 381 colaboradores, sendo 90% homens e 10% mulheres, além de 160 terceiros, seis estagiários e dois menores aprendizes. Esse quadro é 9,8% maior do que em 2021. A taxa de rotatividade da Companhia para o ano vigente foi de 13,78%.

A Companhia participou de uma série de iniciativas corporativas que visam criar experiências relevantes para seus profissionais, fortalecer a cultura corporativa e gerar valor para o negócio. Essas iniciativas partem da premissa que cada um de seus talentos tem muito a oferecer e que um ambiente seguro, saudável e diverso permite que a empresa chegue ainda mais longe.

Nesse sentido, em 2022, os profissionais da Rio Paraná participaram de importantes diagnósticos internos, cujos resultados orientarão ações para fortalecer o valor "Pessoas são a nossa energia", sendo uma das prioridades corporativas em 2023.

Um dos destaques de 2022, foi a Academia CTG Brasil, ecossistema corporativo de aprendizagem que completou dois anos com o objetivo de contribuir para o atingimento da Estratégia Organizacional por meio do desenvolvimento de habilidades e performance dos profissionais. O projeto colabora também com a Transformação Cultural e com a criação da Gestão de Conhecimento interno e está baseado em seis pilares: Gestão e Tecnologia, Pessoas e Cultura, Liderança, Excelência operacional, Estratégia de Mercado e Inovação e Descobertas.

Neste ano, o pilar Liderança foi um dos destaques, com a realização de dois programas: o Programa de Desenvolvimento de Liderança (LPD), que desenvolve e atualiza diretores e gerentes para os desafios da organização, abordando dimensões como Inovação, Liderança e Gestão de Pessoas; e o Líder do Futuro, focado em ampliar conceitos e ferramentas essenciais para a liderança de coordenadores e supervisores.

Dentro dos pilares Excelência Operacional e Descoberta & Inovação foi criado o programa "Multiplicadores de Inovação em Excelência Operacional". Trata-se de uma iniciativa direcionada a 20 profissionais das usinas, selecionados para uma capacitação com a abordagem *design thinking* focada na praticidade e viabilidade de projetos. Em outubro, foi realizado em Três Lagoas (MS) um mapeamento participativo de desafios operacionais e desenvolvimento de possíveis soluções inovadoras.

O foco dos últimos dois anos da Jornada de Transformação Cultural iniciada em 2019 foi o valor "Priorizamos a Vida". Neste sentido, foram desenvolvidas ações e iniciativas com foco no fortalecimento da Cultura de Segurança da Companhia. Tendo como ponto de partida um diagnóstico que utilizou o método Hearts & Minds, o programa contou com a participação de todos os níveis de profissionais, que sugeriram ações e procedimentos robustos e sustentáveis.

Em relação à qualidade de vida, em 2022 o programa Mais Energia, que foi construído com base nos pilares de Saúde Mental, Saúde Física, Saúde Emocional e Saúde Financeira, passou a integrar as metas da Plataforma ESG relacionadas a saúde dos profissionais de forma global. Pelo segundo ano consecutivo, o programa viabilizou o Desafio Mais Energia, projeto em que os profissionais da Rio Paraná se engajam para aderir hábitos mais saudáveis, incluindo atividades físicas, cuidados com a alimentação e outras práticas em suas rotinas diárias, tudo isso voltado ao conceito de saúde integrada, que se baseia em quatro pilares: físico, mental e emocional, financeiro e social.

SAÚDE E SEGURANÇA

O compromisso da Rio Paraná com o valor corporativo "Priorizamos a Vida" tem impulsionado uma transformação na sua cultura de segurança. Essa jornada já envolveu a revisão da avaliação de criticidade de tarefas, a reformulação de processos de gestão de fornecedores, treinamentos e comunicações internas. Ela também possibilitou a certificação de 100% das usinas da Rio Paraná na ISO 45001 por meio do Sistema de Gestão Integrado, o que atesta a adoção de melhores práticas em saúde e segurança.

Sempre priorizando as pessoas e a vida, a jornada de transformação cultural de segurança também evoluiu com a revisão e padronização do Diálogo Diário de Segurança (DDS), e houve a implantação do Diálogo Mensal de Cultura e Segurança (DMCS), um canal de comunicação direto entre o time e a liderança que funciona essencialmente nas usinas e aborda, além de aspectos de saúde e segurança, outros assuntos relacionados à cultura da empresa, como, por exemplo, a progressão de carreiras.

Outro avanço do ano foi a contratação no âmbito corporativo de um médico do trabalho em tempo integral que começou a implantar um sistema gestão de saúde integrada, medicina ocupacional e de medicina preventiva (qualidade de vida). A ideia é que a área possua uma base de dados que reúna informações de exames ocupacionais e da utilização dos planos de saúde, com indicadores próprios que ajudem a minimizar o impacto à saúde das pessoas e ao absenteísmo.

COMUNIDADES

A Rio Paraná direciona seus investimentos sociais a projetos de geração de emprego e renda, visando fomentar a economia doméstica, ajudando a desenvolver cada comunidade onde estão instalados os seus ativos de maneira sustentável.

Um dos destaques de 2022, foi a reabertura do Centro de Conservação da Fauna Silvestre (CCFS) de Ilha Solteira (SP), que está com visitação gratuita do público desde novembro. Criado em 1979 e administrado pela Rio Paraná, o parque ocupa uma área de aproximadamente 18 hectares, coberta por remanescente das fisionomias Floresta Estacional Semidecidual e Savana Arbórea (Cerradão). Atualmente, o CCFS possui um plantel com cerca de 350 animais silvestres, pertencentes a mais de 50 espécies entre pássaros, répteis e mamíferos.

Além disso, no último ano a Companhia realizou 19 projetos. Dentre eles, destaca-se Projeto Guri, programa do Governo do Estado de São Paulo que investe na formação cultural de crianças e jovens. Em 2022, foram abertas 21 vagas para cursos de percussão e violão no município de Castilho e dez vagas para cursos de percussão, violão e instrumentos de sopro em Ilha Solteira.

Já o projeto Futebol de Rua utiliza o conceito do esporte para o desenvolvimento humano de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos. Executado pela organização Instituto Futebol de Rua, sua proposta contempla atividades pedagógicas e esporte por meio de núcleos que atendem até 80 alunos cada, funcionam núcleos nos municípios de Santa Fé do Sul (SP) e Três Lagoas (MS).

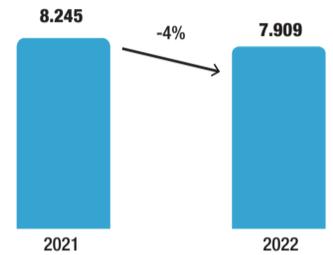
Além disso, os estudantes dos cursos técnicos do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS) também foram beneficiados em 2022. Em fevereiro, foram doados 154 equipamentos eletrônicos e eletromecânicos da Usina Jupia para os laboratórios da instituição. Entre os equipamentos havia itens como boteiros, disjuntores e transformadores. A iniciativa está alinhada tanto à responsabilidade socioambiental da Companhia de destinação de resíduos quanto à promoção da educação.

Em 2022, foi realizado o Programa Corporativo de Voluntariado que contou com 28 voluntários da Rio Paraná.

MEIO AMBIENTE

A gestão ambiental da Rio Paraná atua de maneira sistêmica abrangendo todos os impactos de suas operações, tanto dentro das usinas, quanto nos reservatórios e em seu entorno. A Companhia investiu R\$ 7.909 milhões em iniciativas ambientais em 2022, 4% menos que em 2021.

Investimentos ambientais (R\$ mil)



Com a renovação da certificação ISO 14001 (norma internacional de meio ambiente), todos os processos e procedimentos foram padronizados, assegurando a conformidade de outorgas e sistematizando os mecanismos de controle e monitoramento. Além disso, a adoção de inspeções ambientais trimestrais nas unidades permitiu identificar mais rapidamente condições de risco e tomar medidas preventivas.

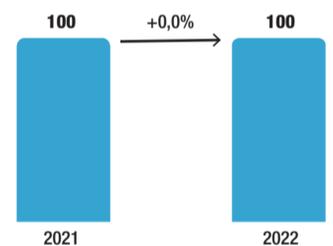
PRESERVAÇÃO

No ano, o reflorestamento de áreas totalizou 100 hectares, o mesmo montante que em 2021.

Quanto aos projetos de proteção a espécies, foram soltos 2,1 milhões de peixes nos reservatórios das usinas Jupia e Ilha Solteira em 2022. A reposição é uma iniciativa ambiental que merece destaque neste ano. A soltura faz parte do Programa de Manejo e Conservação da Ictiofauna e é autorizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Em relação à fauna terrestre, a Rio Paraná gerencia o Centro de Conservação de Fauna Silvestre, instalado no entorno da UHE Ilha Solteira, que abriga cerca de 350 animais silvestres. Em novembro de 2022, a Companhia retomou o Programa de Visitação do Centro, conforme descrito no capítulo Comunidade.

Área reforestada (hectares)



EMISSIONES GEE

Em 2022, a Rio Paraná publicou seu inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) consolidado com as demais empresas da CTG Brasil. Pelo segundo ano, a Companhia foi reconhecida, com grau máximo, pelo Programa Brasileiro GHG Protocol por conta de seu desempenho. O "Selo Ouro" é concedido após uma empresa demonstrar o atendimento de todos os critérios de transparência na publicação dos dados de emissão.

As 739,04 toneladas de CO₂ equivalente geradas pela Rio Paraná e contabilizadas nos escopos 1 e 2 do inventário - que tem ano-base 2021 - foram neutralizadas com a adesão da Companhia ao projeto REDD+ Jari-Amapá.

Localizado no Vale do Jari, o projeto é mantido desde 2011 pela Biofílica Ambipar. Está baseado em um modelo de desenvolvimento econômico que valoriza a floresta e tem como objetivo a geração de créditos de carbono a partir do mecanismo REDD+ (Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal associada à conservação dos estoques de carbono florestal, manejo sustentável e aumento dos estoques de carbono florestal Neutralidade de carbono).

Inventário de emissões GEE da Rio Paraná			
tCO ₂ e	2020 (ano-base 2019)	2021 (ano-base 2020)	2022 (ano-base 2021)
Escopo 1	467,1	672,3	384,5
Escopo 2	48,7	175,1	354,6
Escopo 3	906,7	51,6	351,2

AUDITORES INDEPENDENTES

A Rio Paraná conta com procedimento específico para a contratação de empresas de auditoria independente, que define requisitos alinhados à legislação aplicável e recomendações da CVM. O documento prevê o sistema de rodízio dos auditores independentes a cada cinco anos e as instâncias de aprovação para contratação e troca de auditoria (que cabe aos órgãos de governança da Companhia) e renovação dos contratos dentro do prazo de cinco anos (que podem ser autorizada pelos executivos).

O procedimento prevê ainda o estabelecimento de requisitos técnicos, escopo e forma de realização das atividades considerando os seguintes aspectos: adequação dos processos de controles internos de qualidade, incluindo aqueles que asseguram a sua independência e a de seus membros (sócio e demais profissionais); capacitação e dedicação da equipe designada para os trabalhos; experiência no setor; e honorários compatíveis com o porte e a complexidade da empresa. O documento proíbe a contratação de serviços extra que possam comprometer a independência dos auditores.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19 | Companhia Aberta

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 07 de junho de 2022 a Diretoria Colegiada da Aneel aprovou a emissão da Resolução Autorizativa nº 11.998/2022, alterando o término de vigência das outorgas das UHEs Jupia e Ilha Solteira, em função da reapetuação do risco hidrológico. A Resolução também aprovou a minuta do Termo Aditivo ao contrato de concessão a ser assinado.

Em outubro de 2022 foi assinado o Primeiro Termo aditivo ao contrato de concessão 001/2016 - UHEs Jupia e Ilha Solteira, formalizando a extensão dos prazos de vigência de outorga das concessões.

1.4. Revisão da garantia física de 2022

O Decreto nº 2.655/98 estabelece revisões ordinárias de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente a cada cinco anos, ou revisões extraordinárias em caso de fatos relevantes, sendo que a última revisão ordinária de todo Sistema ocorreu em 2017, com vigência da garantia física publicada para o período entre 2018 e 2022. Em 2022 o Ministério de Minas e Energia (MME) conduziu a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, com vigência a partir de 2023. Durante o processo, o MME abriu duas Consultas Públicas sobre o tema, para discutir, entre outros, parâmetros de entrada para o cálculo, como índices de disponibilidade das usinas.

O período crítico atualmente considerado para o cálculo da garantia física é de junho de 1949 a novembro de 1956, conforme estabelecido na Portaria nº 74/2020-MME. No entanto, quando se consideram os dados hidrológicos de 2020 (em novembro de 2021 foram aprovados os dados hidrológicos do ano de 2020) a constatação técnica inequívoca é que últimos anos constituem um novo período crítico. De fato, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) afirmou em seu Plano de Operação Energética 2021-2025 que o período de junho de 2012 a dezembro de 2020 é o novo período crítico para o SIN.

Apesar das inúmeras manifestações da Companhia na esfera administrativa, alertando para o fato de que o sistema possui um novo período crítico, o MME deu andamento na revisão da Garantia Física sem considerar essa informação mais atualizada e mais realista.

A Portaria nº 709, com a nova Garantia Física, rateada de acordo com o período crítico antigo, foi publicada em 30 de novembro de 2022, que passa a ser vigente a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme tabela abaixo:

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Garantia física (MW médio) a partir de 2023
Nº 01/2016	Jupia	UHE	SP/MS	Paraná	844,9
Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	1.645,0
					2.489,9

1.5. Atualização da receita anual de geração - (RAG) ciclo 2022/2023

Foi publicada em 12 de julho de 2022 Resolução Homologatória nº 3.068/2022 para a RAG referente ao período de julho/2022 até junho/2023, devido aos excelentes índices de disponibilidade das UHEs Ilha Solteira e Jupia, diante da gestão e evolução do projeto de modernização das usinas, houve um acréscimo de R\$ 25,1 milhões na RAG correspondente à parcela de ajuste pela indisponibilidade Apurada ou Desempenho Apurado (AJ) que afere o padrão de qualidade da UHE.

O reajuste dos contratos no ambiente de contratação regulada é anual, com atualização a partir de julho, cujo reajuste em 2022 foi de 7,31%. Nos termos do Contrato, a cota de garantia física de energia física e de potência no regime de alocação obedece ao percentual de 70%, podendo a Companhia comercializar os 30% restantes no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 10 de março de 2023.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* - (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26/IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 25.2)
- Vida útil de ativos de longa duração (nota explicativa nº 11 e 12)
- Provisão para grandes reparos (nota explicativa nº 19)
- Provisões e passivos contingentes (nota explicativa nº 20)

2.6. Base de Consolidação

2.6.1. Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas, são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Controladora com base no método de equivalência patrimonial.

2.6.2. Demonstrações financeiras consolidadas

A Rio Paraná Energia S.A., detém 100% (cem por cento) do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A. (montante de R\$ 131), que é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a operação e manutenção da Eclusa de Jupia, e serviços relacionados. O contrato foi firmado em 30 de agosto de 2018 com duração prevista de 5 anos. Nos termos desse contrato, as receitas pelos serviços prestados são faturadas diretamente para o DNIT e a principal obrigação assumida pela Companhia compreende a operação do sistema de transposição de desnível da Usina Hidrelétrica (UHE) Engenheiro Souza Dias.

Conforme ofício nº 45211/2021 emitido pelo DNIT no dia 09 de abril de 2021, a partir de 12 de abril de 2021 a empresa Rio Paraná Eclusas S.A. foi notificada pela paralisação da prestação de serviços do sistema de transposição de desnível da UHE Engenheiro Souza Dias.

A controlada aguarda pela solução de assuntos burocráticos internos do DNIT, para definir a rescisão contratual já solicitada pela CTG Eclusas junto ao respectivo órgão governamental (vale lembrar que o contrato se encontra atualmente suspenso).

A partir da formalização da rescisão do contrato, a Administração seguirá com a incorporação da entidade jurídica, pela Rio Paraná Energia. Com isso, a partir da incorporação, os ativos e passivos residuais serão tratados e/ou transferidos para a Companhia.

Seguem abaixo, para fins de referência, as principais cifras da controlada Rio Paraná Eclusas:

	2022	2021
Ativo	1.175	1.138
Passivo	-	7
Patrimônio líquido	1.175	1.131

Considerando que esse investimento não é relevante em 31 de dezembro de 2022, e que a controlada se encontra com atividades paralisadas, a Companhia não preparou informações contábeis consolidadas, uma vez que, adicionalmente sua controladora, a China Three Gorges Brasil Energia S.A., providencia e disponibiliza demonstrações financeiras consolidadas de todo o grupo no Brasil.

2.7. Reapresentação de cifras comparativas

A Companhia está reapresentando a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente à 2021, para atender uma melhor comparabilidade dos saldos anteriormente divulgados. Estes saldos foram reapresentados, considerando a receita de vendas de energia com a incidência dos tributos incluídos, como requerido no CPC 09.

Os efeitos da reapresentação estão demonstrados a seguir:

Receitas	Nota	2021		
		Original	Ajuste	Reapresentado
Venda de energia e outros serviços	22	2.014.362	337.631	2.351.993
Impostos, taxas e contribuições				
Federais		644.761	334.200	978.961
Estaduais		142	3.431	3.573

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas a que elas se referem. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Serviços em curso

Os valores registrados nesta rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (vide nota explicativa nº 14.1.2).

3.2. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/2000. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

Não há benefício relacionado a opções em ações (*stock option*).

3.3. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2022 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Os novos pronunciamentos que entrarão em vigor estão demonstrados abaixo e a perspectiva é que também não gerem nenhum impacto financeiro nas próximas divulgações:

- Contrato de seguro, modelo mais abrangente dos contratos de seguros para a contabilidade (CPC 50/IFRS 17);
- Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (CPC 36 (R3)/IFRS 10 e (CPC 18 (R2)/IAS 28);
- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1)/IAS 1);
- Divulgação de Políticas Contábeis à (CPC 26 (R1)/IAS 1) e IFRS Declaração da Prática 2;
- Definição de Estimativas Contábeis (CPC 23/IAS 8); e
- Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação (CPC 32/IAS 12).

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo

Dívida	Remuneração	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Debêntures 1ª emissão série 1	Varição DI + 1,05% ao ano	-	128.457	-	-	128.457
Debêntures 1ª emissão série 2	Varição IPCA + 6,15% ao ano	-	19.432	181.071	177.253	377.756
Debêntures 2ª emissão série 1	Varição DI + 1,20% ao ano	-	27.558	207.157	-	234.715
Debêntures 2ª emissão série 2	Varição IPCA + 4,63% ao ano	-	34.577	36.274	1.189.324	1.260.175
Debêntures 3ª emissão série única	DI + 1,29% ao ano	-	115.125	93.918	945.540	1.154.583
Tokyo-Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	22.724	696.580	-	-	719.304
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	4,29% + Dólar	-	881.230	825.207	785.601	2.492.038
		22.724	1.902.959	1.343.627	3.097.718	6.367.028

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui financiamentos, com cláusulas restritivas (*Covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas para 31 de dezembro de 2022 e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide nota explicativa 15 e 16).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

Instrumentos financeiros	Indexador	Variação do indexador do valor contábil	Variação do indexador do cenário provável	Saldo contábil em 2022	Mudança/alteração razoavelmente possível
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	DI	13,65%	11,90%	1.162.049	138.284
Ativo financeiro vinculado a concessão	IPCA	5,61%	5,47%	11.910.090	651.189
				13.072.139	789.473
Passivos financeiros					
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	4,29% + Dólar	5,22	4,90	(2.427.057)	154.121
Provisão para grandes reparos	IPCA	5,61%	5,47%	(1.232.520)	(67.388)
Provisão para grandes reparos	IGP-M	5,46%	3,67%	(821.680)	(30.186)
Empréstimo Tokyo Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	13,65%	11,90%	(675.707)	(83.812)
Debêntures 1ª emissão série 1	DI + 1,05% ao ano	13,65%	11,90%	(119.229)	(15.589)
Debêntures 1ª emissão série 2	IPCA + 6,15% ao ano	5,61%	5,47%	(312.655)	(37.374)
Debêntures 2ª emissão série 1	DI + 1,20% ao ano	13,65%	11,90%	(204.819)	(27.124)
Debêntures 2ª emissão série 2	IPCA + 4,63% ao ano	5,61%	5,47%	(709.409)	(73.429)
Debêntures 3ª emissão série única	DI + 1,29% ao ano	13,65%	11,90%	(789.482)	(97.924)
				(7.292.558)	(278.705)
Total da exposição líquida				5.779.581	510.768

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos e debêntures, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2022	2021
Empréstimos	15	675.707	1.351.480
Debêntures	16	2.135.594	1.396.413
Partes relacionadas passiva			
China Three Gorges (Luxembourg)	18.5	2.427.057	3.244.771
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(1.162.107)	(449.152)
Dívida líquida		4.076.251	5.543.512
Patrimônio líquido		10.746.437	9.456.267
Total do capital		14.822.688	14.999.779
Índice de alavancagem financeira - (%)*		27,5	37,0

* Dívida líquida/Total do capital.

Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo ONS. Tais impactos incluem a flutuação do PLD, que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o GSF, fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD. Estes fatores podem ser mitigados através de uma estratégia de proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia. Essa proteção pode ser obtida através do mecanismo de deixar parte da garantia física das Usinas descontratada e, também, pela compra de energia no mercado quando se tem evidência no curto prazo um GSF pior do que o planejado inicialmente.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de caixa e equivalentes de caixa, debêntures e empréstimos.

As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

4.1.1.3. Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre de a possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio aumentarem saldos passivos em moeda estrangeira cujo risco é o aumento da obrigação com a instituição cedente e redução do lucro líquido. A Companhia não possui instrumentos de hedge para proteção em relação aos aumentos nas taxas de moeda estrangeira, em razão do empréstimo mantido com partes relacionadas, conforme nota explicativa nº 18.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE (vide nota explicativa 23.1).

4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas (*"covenants"*), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures, empréstimos e partes relacionadas) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros, variação cambial, variação monetária e do principal.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de minimizar os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 20.

4.5. Análise de sensibilidade

A Companhia em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, ativo vinculado a concessão, empréstimos, debêntures, partes relacionadas e provisão para grandes reparos ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2022 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

	Variação do indexador do valor contábil	Variação do indexador do cenário provável	Saldo contábil em 2022	Mudança/alteração razoavelmente possível
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				


CTG Brasil
Rio Paraná Energia S.A.
 CNPJ nº 23.096.269/0001-19 | Companhia Aberta

—★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.1.2. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/Aneel nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados as empresas de energia elétrica devem encaminhar ao final dos projetos um relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

14.1.3. Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

14.1.4. Conta de desenvolvimento energético (CDE)

Em 1 de março de 2021 a Aneel homologou a Lei nº 14.120 que rege as regras de repasse dos recursos dos programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e eficiência energética (PEE) destinadas à modicidade tarifária à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

15. EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

15.1. Empréstimo Tokyo - Mitsubishi UFJ

Em junho de 2016 a Companhia contratou um empréstimo junto ao Banco Tokyo Mitsubishi (" Banco"), no valor de R\$ 2.700.000 (dois bilhões e setecentos milhões de reais), com vencimento em 29 de junho de 2023 e remuneração de DI + 0,45%. As amortizações são anuais sempre em junho de cada ano, no valor de R\$ 675.000.

15.2. Composição

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento final	2022		
			Principal	Juros	Total
Tokyo-Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	707	675.707
			675.000	707	675.707

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento final	Circulante		Não circulante	
			Principal	Juros	Principal	Total
Tokyo-Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	1.480	676.480	675.000
			675.000	1.480	676.480	675.000

15.3. Movimentação
Saldo em 31 de dezembro de 2021

Apropriação de juros	1.351.480
Pagamento de principal	119.437
Pagamento de juros	(675.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(120.210)
	675.707

15.4. Cláusulas restritivas ("Covenants")
15.4.1. Covenants financeiros

Em conexão com o empréstimo contratado junto ao Banco Tokyo, a Companhia deverá manter o índice de " Dívida Financeira Líquida Consolidada" sobre o Ebitda, não superior a 4,5 e não inferior a 1,0 ao final de cada ano fiscal.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros conforme demonstrado abaixo:

Índice financeiro

	Limites	2022	2021
Dívida líquida/Ebitda	Maior que 1,0 e menor que 4,5	1,3	1,6

15.4.2. Garantias contratuais

Não há garantias expressas em contrato.

16. DEBÊNTURES

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures não são conversíveis em ações.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

16.1. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	2022			
				Circulante		Não circulante	
				Principal	Juros e (custos de transação)	Principal	Variável monetária e (custos de transação)
1ª	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	120.000	(771)	119.229	—
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	—	3.906	3.906	240.000
2ª	1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	—	9.974	9.974	195.000
2ª	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	—	(3.513)	(3.513)	650.000
3ª	Única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	—	(8.424)	(8.424)	800.000
				120.000	1.172	121.172	1.885.000
							129.422
							2.014.422
Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	2021			
				Circulante		Não circulante	
				Principal	Juros e (custos de transação)	Principal	Variável monetária e (custos de transação)
1ª	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	120.000	748	120.748	120.000
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	—	(351)	(351)	240.000
2ª	1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	—	585	585	195.000
2ª	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	—	(541)	(541)	650.000
				120.000	441	120.441	1.205.000
							70.972
							1.275.972

16.2. Movimentação
Saldo em 31 de dezembro de 2021

	1ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	Total
	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2
Captação de debêntures	240.636	289.396	195.026	671.355
Custos de transação	—	—	—	800.000
Capitalização de custos de transação	343	1.131	—	2.081
Capitalização de juros	20.873	22.767	—	30.446
Capitalização de variação monetária	—	18.045	—	38.772
Amortização de custos de transação	—	—	372	—
Apropriação de juros	—	—	35.030	—
Pagamento de debêntures	(120.000)	—	—	—
Pagamento de juros	(22.623)	(18.684)	(25.609)	(33.245)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	119.229	312.655	204.819	709.409
				789.482
				2.135.594

16.3. Vencimento

	2024	2025	2026	2027	A partir de 2028	Total
Debêntures 1ª emissão série 2	154.045	154.704	—	—	—	308.749
Debêntures 2ª emissão série 1	194.845	—	—	—	—	194.845
Debêntures 2ª emissão série 2	—	—	—	—	712.922	712.922
Debêntures 3ª emissão série única	—	—	398.159	399.747	—	797.906
	348.890	154.704	398.159	399.747	712.922	2.014.422

16.4. Cláusulas restritivas ("Covenants")
16.4.1. Covenants financeiros

No Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira emissão:

- Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0;
- Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
- Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,90 (noventa centésimos), do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras Regulatórias (Aneel).

Índice financeiro

	Limites	2022	2021
Ebitda/Resultado financeiro ajustado	Igual ou superior a 2,0	12,19	12,76
Dívida líquida/Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,60	0,89
Dívida total/(Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,9	0,30	0,29

Conforme definido em contrato, a base utilizada para o cálculo dos *covenants* são as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) - conforme especificações da Aneel.

Definido em contrato, a base utilizada para o cálculo dos *covenants* são a Demonstração Financeira Regulatória (Aneel).

16.4.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Primeira emissão, os quais vêm sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

- Inadimplimento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, em valor igual ou superior a R\$ 72 milhões da 1ª emissão, R\$ 100 milhões da 2ª emissão e 115 milhões da 3ª emissão;
- Alteração societária que resulte na exclusão de forma direta ou indireta da Companhia, salvo se o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) possuir(em) classificação de risco (rating) mínimo Aa1.br, conforme classificação atribuída pela Moody's, ou brAA+ pela Standard & Poor's, ou na falta desses, AA+(bra) pela Fitch Ratings;
- Cisão, fusão, incorporação envolvendo a Companhia, exceto se cumpridas exigências dos itens a e b desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures;

iv. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativos ao serviço público de energia elétrica;

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas na escritura de emissão de debêntures, disponível no site www.ctgbr.com.br/rio-parana-energia - " Investidores" - " Informação para investidores" .

16.5. Captação da 3ª emissão de debêntures

Em 27 de junho de 2022 a Companhia captou R\$ 800.000 (oitocentos milhões de reais) na forma de dívida, por meio da 3ª Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirográfica, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais.

A liberação efetiva dos recursos oriundos da série única ocorreu em 28 de junho de 2022 e não houve incidência de juros e variação monetária relevantes incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos. A emissão foi realizada em série única, sendo composta de 800.000 (oitocentos mil) debêntures no valor nominal de R\$ 1 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em cinco anos.

A oferta foi emitida com base nas deliberações:

I. da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 01 de junho de 2022;

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados conforme abaixo:

II. A totalidade dos recursos obtidos com a série única será destinada a reforço do capital de giro;

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 - Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

As cláusulas restritivas (" covenants") previstas na escritura da 3ª emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de 1ª e 2ª emissão.

Os juros remuneratórios da 3ª emissão de debêntures da série única correspondem a 100% da taxa DI acrescida de uma sobretaxa de 1,29% ao ano.

17. DIVIDENDOS A PAGAR E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO
17.1. Dividendos

A distribuição de dividendos é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras.

	Saldo em 2021	Dividendos pagos	Saldo em 2022
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	6.234	(6.234)	—
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	3.117	(3.117)	—
	9.351	(9.351)	—

17.2. Juros sobre capital próprio

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social. À medida em que a deliberação dessa distribuição acontece, 15% são retidos para recolhimento do IR incidentes, que é registrado em conta apropriada, conforme nota explicativa nº 7.

	Saldo em 2021	JSCP a pagar	JSCP pagos	Saldo em 2022
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	226.667	362.668	(226.667)	362.668
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	113.333	181.332	(113.333)	181.332
	340.000	544.000	(340.000)	544.000

18. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A. (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa.

18.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 29 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovado o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 5.179 para 2022.

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	2022	2021
Benefícios de curto prazo para administradores	4.969	4.174
Benefícios pós-emprego	171	180
	5.140	4.354

18.2. Transações locais

A Companhia possui operações de compra e venda de energia com empresas coligadas.

Foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos junto à China Three Gorges Brasil Energia S.A., a partir de 10 de julho de 2017, de acordo com o Despacho Aneel nº 2.018, que segue as determinações da Resolução Normativa Aneel nº 699, de 26 de janeiro de 2016 no intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes.

Em 01 de junho de 2022, foi firmado contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre a Companhia e as empresas Rio Sapucaí Mirim Ltda., Rio Canoas Energia S.A., Rio Verde Energia S.A. e Rio Paranapanema Energia S.A., as partes estão dentro do mesmo grupo econômico (China Three Gorges Brasil Energia S.A.).

18.3. Composição saldos

	2022				2021			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	—	6.523	—	6.523	—	5.463	—	5.463
Rio Canoas Energia S.A.	155	47	—	47	—	—	—	—
Rio Verde Energia S.A.	88	10	—	10	—	—	—	—
CTG Trading Brasil Ltda.	60.537	—	—	60.537	—	—	—	—
Rio Paranapanema Energia S.A.	706	997	—	997	—	—	—	—
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	31	—	—	—	—	—	—	—
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	—	818.266	1.608.791	2.427.057	—	663.790	2.580.981	3.244.771
	61.517	825.843	1.608.791	2.434.634	60.537	669.253	2.580.981	3.250.234

18.4. Resultado

	2022			2021		
	Venda de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total	Venda de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	—	—	—	—	(56.319)	(56.319)
Rio Canoas Energia S.A.	—	—	—	—	460	460
Rio Verde Energia S.A.	—	—	—	—	286	286
CTG Trading Brasil Ltda.	11.790	—	11.790			



Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19 | Companhia Aberta

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. PROVISÃO PARA GRANDES REPAROS

Com base em estimativas de engenheiros e administração o valor total que se espera despende nos reparos necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão. A estimativa de gastos somente é confirmada na abertura das máquinas, sendo assim, a real dimensão da necessidade de reparo somente será apurada na abertura de cada item. Adicionalmente, mudanças no cronograma para os reparos podem afetar de forma relevante a provisão constituída. Espera-se que o projeto seja concluído até 2038, período em que haverá dispêndio de caixa necessário a viabilização do projeto.

As provisões foram contabilizadas como obrigações no início da concessão, trazidas a valor presente, em contrapartida do ativo intangível. Posteriormente, as provisões são atualizadas considerando a taxa efetiva, o andamento do projeto e realização conforme são efetivados os gastos.

Trimestralmente as provisões são revistas e sempre que houver andamento do projeto que demonstre que as estimativas de desembolso precisem ser atualizadas, tais efeitos serão refletidos nos livros contábeis e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

Em caso de aumento na base da provisão, o efeito é registrado contra o intangível. Quando a revisão é em razão da alteração do fluxo dos dispêndios, esse efeito impacta o resultado.

19.1. Composição

	2022			2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para grandes reparos	374.798	3.750.354	4.125.152	302.027	3.970.004	4.272.031
(-) Ajuste a valor presente	(43.118)	(2.027.834)	(2.070.952)	(34.747)	(2.327.391)	(2.362.138)
	331.680	1.722.520	2.054.200	267.280	1.642.613	1.909.893

19.2. Movimentação

	Provisão para grandes reparos	Ajuste a valor presente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.272.031	(2.362.138)	1.909.893
Realização de provisão	(287.328)	—	(287.328)
Complemento de provisão	70.436	—	70.436
Atualização	70.013	—	70.013
Amortização - Ajuste a valor presente	—	291.186	291.186
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.125.152	(2.070.952)	2.054.200

20. PROVISÕES PARA RISCOS

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, ambientais e regulatórias.

Adicionalmente, em relação às ações de naturezas trabalhistas, fiscais, ambientais, e cíveis, cuja classificação de perda é possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, não há provisão constituída. A seguir, composição e estimativa.

20.1. Provisões para riscos

20.1.1. Composição

	2022		2021	
	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Regulatórias
Trabalhistas	1.902	—	—	1.420
Cíveis	1	—	—	—
Ambientais	—	—	1.053	—
Regulatórias	183.399	1	—	163.195
	185.302	1	1.053	165.668

20.1.2. Movimentação

	2022				2021			
	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Regulatórias	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Regulatórias
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.420	—	1.053	163.195	165.668	—	—	—
Provisões para riscos	—	—	—	—	—	—	—	—
Provisões/(reversões)	339	1	(623)	—	—	—	—	(283)
Variações monetárias	161	—	47	20.204	20.412	—	—	—
Acordos/pagamentos	(18)	—	(477)	—	—	—	—	(495)
	482	1	(1.053)	20.204	19.634	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.902	1	—	183.399	185.302	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2020	174	816	156.264	157.254	—	—	—	—
Provisões	1.213	150	—	1.363	—	—	—	—
Variações monetárias	33	87	6.931	7.051	—	—	—	—
	1.246	237	6.931	8.414	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.420	1.053	163.195	165.668	—	—	—	—

a) Trabalhistas

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas. O que em sua maioria discute ações ajuizadas por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços no Rio Paraná.

b) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2022, a Rio Paraná, em razão do Acordo Judicial firmado com a CESP em Ação de Obrigação de Fazer, a qual se discutia a assunção da gestão e manutenção do zoológico, assumida em janeiro de 2020, em que havia ficado pendente o ressarcimento do saldo, relativo a valores incorridos pela CESP. A Rio Paraná efetuou a finalização com o pagamento do reembolso das despesas para a CESP no valor total de R\$ 477, após revisão do valor (R\$ 903 em 31 de dezembro de 2021). Além disso, no Acordo Judicial celebrado entre Rio Paraná e o Ministério Público Federal de Andradina em Ação Civil Pública envolvendo a manutenção da gestão e operação do Zoológico até 2025, sendo que o valor relativo ao eventual pagamento a título de renovação da Licença de Operação da UHE Jupia, em 31 de dezembro de 2022 o valor foi quitado (R\$ 150 em 31 de dezembro de 2021).

c) Regulatórias

Valor referente ao diferencial de alíquota PIS/COFINS entre o regime cumulativo e não cumulativo composto no preço dos Contratos de Compra e Venda de Energia, devido a possível mudança no Regime de Tributação de Lucro Presumido para Lucro Real.

20.2. Contingências possíveis

	2022		2021	
	Trabalhistas	Fiscais	Ambientais	Cíveis
Trabalhistas	8.730	11.044	—	—
Fiscais	541.691	499.028	—	—
Ambientais	1.324.614	1.251.648	—	—
Cíveis	—	13	4.781	—
	1.875.048	1.766.501	—	—

a) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2022, as contingências ambientais do quadro acima são as que permitiram razoável segurança de estimativa de valor e com expectativa de perda possível. As variações na rubrica de contingências ambientais são decorrentes de atualizações monetárias relativas às ações judiciais ajuizadas em face da Companhia, envolvendo danos ambientais causados pela suposta inobservância dos preceitos legais relativos a:

- ocupações irregulares em Área de Preservação Permanente - (APP) e recuperação dos danos ambientais causados;
 - cumprimento das condicionantes das Licenças de Operação;
 - manutenção da cota/nível mínimo de operação do reservatório;
 - supostos prejuízos causados aos pescadores;
 - cumprimento de Programas Ambientais. Abaixo, seguem detalhes dos principais processos ambientais:
- 523 Ações Cíveis Públicas - movidas pelo Ministério Público Federal de Jales/SP em face da CESP e dos ocupantes irregulares, requerendo para a condenação:
 - recuperação da APP;
 - a demolição de edificações/ocupações irregulares (caso obrigação não seja cumprida pelos ocupantes);
 - pagamento de indenização pelos danos ambientais irreparáveis a serem apurados em eventual perícia a ser designada nos autos. A Rio Paraná passou a integrar o polo passivo das ações como réu e os processos estão atualmente em andamento em primeira instância, em fase de instrução processual.

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa até o momento pois depende de perícia para apuração de custos relacionados às medidas de mitigação, recuperação e compensação das áreas, além da desmobilização das edificações irregulares existentes em APP.

- Ação Civil Pública - (ACP) ajuizada pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, em 26 de julho de 2018, em face da CESP e Rio Paraná, em decorrência de um blecaute ocorrido na UHE Jupia em meados de 2009, em que houve redução na vazão de água do reservatório, ocasionando a mortandade de peixes, o que lhes renderam prejuízos de cunho material e moral, requerendo, o pagamento de indenização. Em primeira instância o processo foi julgado em desfavor da Confederação, tendo sido revertida a decisão em segunda instância, para que seja reiniciada a produção de provas. Desta decisão, a Rio Paraná interpôs Recurso Especial no STJ. Aguarda-se julgamento, pelo Superior Tribunal de Justiça - (STJ), de recursos das partes sobre prescrição e distribuição do ônus da prova, o valor atualizado é de R\$ 1.311.435.

- 6 Autos de Infração lavrados pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - (IMASUL) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - (IBAMA), totalizando R\$ 7.585, por supostos impactos ambientais decorrente de suposta mortandade de peixes relativa aos baixos níveis do reservatório da UHE Jupia, ocupação irregular em APP, suposto descumprimento da Licença de Operação de sultura de alevinos, e suposto uso de substância (dicloro isocianurato de sódio - MD-60) em desacordo com autorização ambiental. Em todos os casos, foram apresentadas as Defesas Administrativas e em alguns casos já apresentados Recursos Administrativos, aguardando-se julgamento pelos órgãos ambientais.

- Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF de Três Lagoas/MS ("Ação Peixamento"), em que se discute o cumprimento da condicionante específica ambiental 2.1 da LO 1251/2014, em razão do suposto elevado decréscimo na sultura de variadas espécies de alevinos nos reservatórios das UHE's Jupia e Iha Solteira. O Processo encontra-se em fase de instrução, sendo que a Rio Paraná já apresentou sua Contestação, aguardando decisão de 1ª instância. O valor atualizado é de R\$ 5.594.

b) Fiscais

- Trata-se de um Mandado de Segurança com pedido liminar impetrado pela Rio Paraná em face da Receita Federal, em janeiro de 2018, no qual se discute a opção pelo Regime do Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016 em que a companhia obteve receita significativas com variação cambial positiva decorrente de um empréstimo realizado em moeda estrangeira (Dólar), que por se tratar de receita financeira não foi considerado na base de cálculo para fins de recolhimento de Tributos. Para concessão da liminar foi

necessária a realização de um depósito judicial no valor de R\$ 420.000 em 30 de janeiro de 2018. Houve decisão desfavorável de primeira instância, mas as chances de êxito nesta demanda são consideradas pela Administração, fundamentada pelos advogados da Companhia, como possíveis e o valor total envolvido neste caso considerando 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 536.862.

- Processos Administrativos decorrentes de não homologação pela Receita Federal de pedidos de compensação de créditos IRRF e PIS. O valor para 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 4.356.

c) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas em R\$ 8.730. As variações na rubrica de contingências trabalhistas são decorrentes do arquivamento de ações trabalhistas no exercício, em virtude de campanha de acordos no exercício.

d) Cíveis

Em 31 de dezembro 2022, as contingências cíveis com expectativa de perda possível estão avaliadas em R\$ 13, a redução decorre de decisão favorável no processo em que discute o cumprimento contratual, sendo que houve a reclassificação para remoto.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital social subscrito e integralizado

As Ações Ordinárias (ON) são classificadas como patrimônio líquido. Essas ações dão direito a voto e participação nos resultados do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

	Posição acionária em 2022 e 2021	
	Ações ordinárias	%
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.A.R.L	2.338.108.737	33,33
	7.014.326.211	100,00

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da Aneel.

21.2. Reserva legal e destinação de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, e posteriormente submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

i. A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;

ii. Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no ano subsequente.

21.3. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do exercício.

21.4. Destinação dos lucros acumulados no exercício

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.930.170	1.723.580
Constituição da reserva legal	96.509	86.179
Base de cálculo dos dividendos	1.833.661	1.637.401

Distribuições

	2022	2021
Dividendos	—	413.386
JSCP	640.000	400.000
	640.000	813.386
Distribuições mínimas obrigatória (25%)	458.416	409.351
Distribuições adicionais	181.584	404.035

Deliberação

	Provento	R\$ mil	R\$
RCA de 19/12/2022	Juros sobre capital próprio	640.000	0,09124
AGO de 29/04/2022	Dividendos	9.351	0,00133
RCA de 10/12/2021	Juros sobre capital próprio	400.000	0,05703
AGE de 24/11/2021	Dividendos	404.035	0,05760

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

22.1. Reconhecimento da receita

22.1.1. Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos, reembolsos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
 - É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
 - Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia conforme descrição a seguir.
- O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

22.1.2. Receita de geração no Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a estratégia interna da Companhia.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

22.1.3. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

O valor da Receita Anual de Geração (RAG) pelo regime de cotas está previsto no contrato de concessão, que é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeita ao MRE.

A RAG é composta pelas seguintes partes:

- GAG (Gestão de Ativos de Geração): parcela associada ao custo da gestão dos ativos de geração, incluído os investimentos em melhorias a serem executadas ao longo da concessão;
- Reembolsos da TUST, TUSD, encargos de conexão, compensação financeira, taxa de fiscalização e P&D: são custos proporcionais a RAG, que estão sendo apresentados de forma líquida.

22.1.4. Receita de ativos financeiros

Os ativos financeiros de concessão representam o valor presente dos fluxos de caixa futuros, equivalente ao reembolso de 65% do valor pago pelo direito de concessão.

Esses ativos são remunerados mensalmente pela taxa interna de retorno e pela variação do IPCA.

	2022	2021
Receita operacional bruta	—	—
Contratos ACL	908.301	928.650
Contratos ACR	1.447.667	1.305.070
Mercado de curto prazo (MCP)	28.008	116.868
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	351	1.405
	2.384.327	2.351.993

Receita de ativos financeiros

	2022	2021
Juros e atualização monetária	1.675.249	1.992.571
	1.675.249	1.992.571
Total receita operacional bruta	4.059.576	4.344.564

Deduções à receita operacional

	2022	2021
PIS e COFINS	(338.363)	(325.119)
ICMS	(3.417)	(3.431)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(10.587)	(9.081)
	(352.367)	(337.631)
Receita operacional líquida	3.707.209	4.006.933

A diminuição de R\$ 317,3 milhões do saldo comparativo na rubrica de Ativos financeiros, é devida a redução do IPCA entre os anos de 2022 e 2021. A Companhia utiliza o indicador como remuneração sobre o saldo do Ativo financeiro.

23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

23.1. Energia vendida

	2022		2021	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	5.291.			



Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19 | Companhia Aberta

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.3. Encargos de uso da rede elétrica

	2022	2021
Tust	198.636	174.815
Tusd	4.486	3.964
Encargos de conexão	87	34
(-) Crédito de PIS	(3.319)	(2.926)
(-) Crédito de COFINS	(15.286)	(13.477)
	184.604	162.410

As tarifas devidas pela Companhia e estabelecidas pela Aneel são: TUST, TUSD e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em: (i) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo TUST, e (ii) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo TUST.

A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

O encargo de conexão da Rio Paraná é pago mensalmente para remunerar custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina.

24. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, variações cambiais, juros sobre empréstimos, debêntures, partes relacionadas e ajuste a valor presente.

	2022	2021
Receitas		
Aplicações financeiras	112.572	32.534
Variações monetárias	43.198	30.165
Depósitos judiciais	43.097	15.996
Inadimplência CCEE	101	14.169
Variação cambial ativa	850.111	487.961
Compensação financeira	-	4.602
(-) PIS e COFINS	(5.253)	(2.188)
Outras receitas financeiras	255	344
	1.000.883	553.418
Despesas		
Juros	(348.580)	(258.275)
Debêntures	(85.151)	(7.464)
Empréstimos	(119.437)	(73.461)
Partes relacionadas	(143.989)	(177.044)
Outros	(3)	(306)
Variação cambial passiva	(648.957)	(716.598)
Variações monetárias	(24.347)	(8.665)
Provisões para riscos	(20.412)	(7.126)
Outras	(3.935)	(1.539)
Atualização/AVP de provisão de grandes reparos	(361.199)	(410.950)
Outras despesas financeiras	(2.144)	(1.715)
	(1.385.227)	(1.396.203)
	(384.344)	(842.785)

25. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E TRIBUTOS DIFERIDOS

25.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2022			2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL		2.582.904			2.393.360	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(645.726)	(232.461)	(878.187)	(598.340)	(215.402)	(813.742)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio	159.999	57.599	217.598	100.000	36.000	136.000
Equivalência patrimonial de controlada	11	4	15	482	174	656
Doações Incentivadas	12.130	-	12.130	11.140	-	11.140
Outras (adições) permanentes, líquidas	(3.176)	(1.178)	(4.354)	(2.923)	(1.072)	(3.995)
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(476.762)	(176.036)	(652.798)	(489.641)	(180.300)	(669.941)
IRPJ e CSLL correntes	294.154	110.297	404.451	291.627	109.014	400.641
IRPJ e CSLL diferidos	182.608	65.739	248.347	198.014	71.286	269.300
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	476.762	176.036	652.798	489.641	180.300	669.941
Ajustes correntes - exercícios anteriores	(47)	(17)	(64)	(96)	(65)	(161)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	476.715	176.019	652.734	489.545	180.235	669.780
Alíquota efetiva	18,5%	6,8%	25,3%	20,5%	7,5%	28,0%

25.2. Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

	2022			2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Provisões para grandes reparos	253.997	91.439	345.436	148.110	53.320	201.430
Variação cambial	143.722	51.740	195.462	232.088	83.552	315.640
Provisões para riscos	12.534	4.512	17.046	7.501	2.701	10.202
Participação nos lucros e resultados	2.641	951	3.592	2.072	746	2.818
Amortização de direito de uso	170	61	231	174	63	237
Outras provisões	624	225	849	801	288	1.089
Total bruto	413.688	148.928	562.616	390.746	140.670	531.416
Total	413.688	148.928	562.616	390.746	140.670	531.416

Passivo de imposto diferido

	2022	2021
Diferenças temporárias		
Efeitos de ativo financeiro vinculado à concessão	(1.246.115)	(448.601)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	(34.932)	(12.575)
Juros sobre depósito vinculado	(30.261)	(10.894)
Total bruto	(1.311.308)	(472.070)
Total	(897.620)	(323.142)
Imposto diferido líquido	(897.620)	(323.142)

A Companhia tem a expectativa de exigibilidade e de (realização) do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

Conta	2023	2024	2025	2026	2027	a partir de 2028	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(129.630)	(205.319)	(231.139)	(258.603)	(284.373)	(111.698)	(1.220.762)

26. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2022	2021
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro líquido do exercício	1.930.170	1.723.580
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Ações ordinárias	7.014.326	7.014.326
Lucro líquido básico e diluído por ação		
Ações ordinárias	0,27518	0,24572

A Companhia não tem ações com efeitos diluidores.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

27.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

27.1.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

i. Mensurados ao valor justo através do resultado;

ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido. Nestas demonstrações financeiras, a Companhia classifica seus instrumentos financeiros como mensurado ao custo amortizado:

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*).

27.1.2. Reconhecimento, desreconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

27.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

27.2. Mensuração do valor justo na data da aquisição

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

• Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e

• Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

27.3. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	2022		2021	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	-	58	58	67	67
	Valor Justo por meio do resultado	Nível 2	1.162.049	1.162.049	449.085	449.085
Aplicações financeiras	Custo amortizado	-	366.627	366.627	325.675	325.675
Clientes	Custo amortizado	-	61.517	61.517	60.537	60.537
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	11.910.090	11.910.090	11.410.424	11.410.424
Ativo financeiro vinculado à concessão	Custo amortizado	-	537.038	537.038	493.870	493.870
Depósitos judiciais	Custo amortizado	-	14.037.379	14.037.379	12.739.658	12.739.658
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	101.624	101.624	86.436	86.436
Encargos setoriais	Custo amortizado	-	105.093	105.093	89.620	89.620
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	2.434.634	2.434.634	3.250.234	3.250.234
Provisões para grandes reparos	Custo amortizado	-	2.054.200	2.054.200	1.909.893	1.909.893
Empréstimos	Custo amortizado	-	675.707	675.707	1.351.480	1.351.480
Debêntures	Custo amortizado	-	2.135.594	2.142.018	1.396.413	1.447.072
Dividendos e Juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	-	544.000	544.000	349.351	349.351
			8.050.852	8.057.276	8.433.427	8.484.086

A Companhia não realizou operações com derivativos nos exercícios de 2022 e 2021. Porém, a Companhia possui exposição a variações cambiais em moeda estrangeira (Dólar).

28. SEGUROS

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização (*)
Risco operacional	04/08/2022 a 04/08/2023	1.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2022 a 04/08/2023	140.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2021 a 04/08/2023	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2022 a 08/12/2023	150.000
Risco cibernético	08/09/2022 a 08/09/2023	15.000

(*) Não auditado pelos auditores independentes

29. COMPROMISSOS

29.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos de venda de energia no ACL negociados até o ano de 2028, comprometimento no regime de cotas de garantia física até o ano de 2047 e contratos de compra até dezembro de 2026.

30. EVENTO SUBSEQUENTE

30.1. Decisão STF sobre a coisa julgada em casos tributários

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em processos individuais com trânsito em julgado, cessa imediatamente os seus efeitos quando proferida decisão pela Suprema Corte, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia e sua Controlada avaliaram a decisão e concluíram que não existem impactos nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do exercício em decorrência de tal decisão.




CTG Brasil
Rio Paraná Energia S.A.
 CNPJ nº 23.096.269/0001-19 | Companhia Aberta

★ continuação

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros do Conselho de Administração da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-060, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 23.096.269/0001-19, declaram que:

I. reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e

II. reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Face ao exposto, é manifestação do Conselho de Administração da Companhia que os citados documentos merecem a aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 28 de abril de 2023.

São Paulo, 10 de março de 2023.

Zhang Liyi - Presidente do Conselho de Administração

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da **Rio Paraná Energia S.A.** ("Companhia"), sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob nº 23.096.269/0001-19, com sede na Rua Funchal, nº 418, 4º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 31.12.2022; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 31.12.2022.

São Paulo, 09 de março de 2023

Evandro Leite Vasconcelos // Sílvio Alexandre Scucuglia da Silva
 Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

DIRETORIA

Evandro Leite Vasconcelos - Diretor Presidente
Sílvio Alexandre Scucuglia da Silva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Anderson Vitor Pereira Tonelli - Diretor

Cesar Teodoro - Diretor
Yan Yang - Diretor
Márcio José Peres - Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sílvio Alexandre Scucuglia da Silva - Conselheiro
José Renato Domingues - Conselheiro

Zhang Liyi - Presidente

Xingyang Cao - Conselheiro
Zhigang Chen - Conselheiro

Rodrigo Teixeira Egreja - Diretor de Controladoria

Antonio dos Santos Entraut Junior - Contador - CRC PR-068461/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Rio Paraná Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paraná Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA
Ativo financeiro vinculado a concessão (Nota 8)

Parte do montante pago pelo direito de concessão possui previsão contratual de desembolsos fixos e garantidos pelo poder concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda. Essa parcela é classificada como ativo financeiro. A outra parcela, em função do risco de demanda existente para a sua realização, é classificada como ativo intangível. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo financeiro vinculado à concessão registrado no ativo circulante e não circulante totalizou R\$ 11.910.090 mil. A determinação do ativo financeiro para o reconhecimento inicial e as mensurações posteriores, demandam o estabelecimento de modelo financeiro, com a utilização de dados e premissas que exigem julgamentos da Diretoria e podem impactar as demonstrações financeiras.

Em decorrência do descrito acima, bem como pela relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos, do modelo de negócio e da política estabelecida para as contabilizações e as mensurações subsequentes.

Testamos o modelo financeiro e correspondentes dados e premissas, bem como os cálculos desenvolvidos, a fim de confirmar a acuracidade dos valores apurados.

Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela Diretoria são razoáveis e as divulgações em notas explicativas consistentes com as informações obtidas.

Provisão para grandes reparos - Rio Paraná (Nota 19)

Com base em estimativas do departamento de engenharia a diretoria provisiona o valor que espera despendar com reparos de grandes itens da estrutura, necessários para a operação das unidades geradoras, dentro das condições previstas no Edital do Leilão. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa provisão demonstrada no passivo circulante e não circulante totalizou R\$ 2.054.200 mil. A determinação da provisão é complexa visto que depende de experiências passadas e das poucas referências no mercado para comparação de valores. Adicionalmente, o valor da provisão envolve estimativas quanto a gastos a serem incorridos em longo prazo, com cronograma que pode sofrer alterações, bem como a confirmação dessas estimativas de valores é realizada apenas após os geradores serem desmontados. Portanto, os valores podem variar de forma relevante.

Em decorrência da relevância dos valores envolvidos, e do descrito acima, consideramos essa área como um dos Principais Assuntos de Auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossas respostas de auditoria envolveram, entre outros procedimentos, o entendimento dos critérios e premissas utilizadas para a mensuração dos saldos provisionados e conferência matemática dos cálculos efetuados.

Discutimos com o departamento de engenharia e com a Administração, conforme apropriado, sobre o andamento do projeto, os motivos que determinam revisões nos gastos a incorrer e no cronograma da obra.

Adicionalmente, em base amostral, testamos os gastos incorridos pela Rio Paraná necessários para a operação das unidades geradoras, bem como analisamos a razoabilidade das premissas determinadas pela Administração para constituir a provisão. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração são razoáveis para a determinação da provisão para grandes reparos, e que as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas dos engenheiros e da Administração.

Provisões para riscos e contingências passivas (Nota 20)

A Companhia apresenta provisões para riscos decorrentes de processos tributários e, principalmente, passivos contingentes relativos a questões ambientais e tributárias, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos.

Para as questões ambientais, as Ações Cíveis Públicas estão em andamento e os pedidos envolvem suposta inobservância de preceitos legais relativos a edificações irregulares, a necessidade de recuperação de áreas e reflorestamentos, bem como compensação de qualquer dano eventualmente causado por ocupação irregular.

Dada a natureza e o estágio dos processos, a diretoria, com o apoio de seus assessores jurídicos, nem sempre consegue estimar com razoável segurança o valor das causas, embora consiga efetuar o prognóstico se a perda é provável, possível ou remota.

Dadas as inerentes limitações e, processos dessa natureza, bem como os potenciais eventuais efeitos nas demonstrações financeiras, consideramos essa área como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais, o registro contábil da provisão para riscos e a divulgação das contingências.

Adicionalmente, avaliamos a competência técnica dos consultores jurídicos da Companhia e analisamos os critérios e premissas utilizados para a mensuração, reconhecimento e divulgação dos valores. Efetuamos reuniões com a diretoria e assessores jurídicos internos para discutir os processos e obtivemos confirmação formais desses processos diretamente com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de observar a classificações de risco de perda e a completude das informações, bem como confrontamos com dados e informações históricas disponíveis.

Consideramos que as divulgações efetuadas sobre o tema são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionada foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião, o risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver a ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época das trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
 Contador CRC 1BA029904/O-5



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>